

**O PROJETO SALA VERDE EM UNIÃO DOS PALMARES/AL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM
EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹**

CARLOS JORGE DA SILVA CORREIA*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo geral discorrer sobre a abrangência do projeto Sala Verde como uma política pública em educação ambiental, bem como traçar os contornos do processo de consolidação desses centros de referência em educação ambiental a partir do estudo de caso da Sala Verde Serrana dos Quilombos em União dos Palmares/AL. Sendo assim, dentre as questões que se pretende refletir nesse artigo estão aquelas relativas às próprias práticas de educação ambiental que têm sido promovidas pelas Salas Verdes. Nesta direção, entende-se como conveniente ponderar sobre de que maneira a educação ambiental é compreendida pelos coordenadores dessas instituições e sobre como eles articulam as parcerias em nível local com a finalidade de atingir os objetivos a que se propuseram enquanto centros de referências em educação ambiental. Os resultados desta pesquisa foram construídos a partir de entrevistas com a equipe coordenadora da Sala Verde Serrana dos Quilombos, bem como visitas de observação ao local de estudo. Nesse sentido, podemos concluir que a avaliação que as entrevistadas fazem do projeto Sala Verde em União dos Palmares/AL inclui, em certa medida, tanto a dimensão das possibilidades que o projeto tem em si quanto a dos desafios que ainda necessitam ser superados frente à dificuldade de articulação de parcerias, por exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Sala Verde. União dos Palmares/AL. Educação Ambiental.

ABSTRACT

**THE SALA VERDE PROJECT IN UNIÃO DOS PALMARES, AL:
POSSIBILITIES AND CHALLENGES FACED BY A REFERENCE CENTER IN
ENVIRONMENTAL EDUCATION**

This paper aims to discuss the scope of the *Sala Verde* Project as a public policy on Environmental Education and outline the consolidation process of these reference centers in Environmental Education by carrying out the case study of the *Sala Verde Serrana dos Quilombos* Project in União dos Palmares, AL. Therefore, some of the issues developed in this paper concern Environmental Education practices that have been proposed by the *Salas Verdes*. Besides, this paper describes the reflection upon how environmental education is understood by the coordinators of these institutions and how they articulate local partnerships in order to achieve the goals they have set as reference

¹ Este artigo é uma versão ampliada do meu trabalho de conclusão de curso elaborado no âmbito de uma especialização em Educação Ambiental ofertada pela Universidade Cidade de São Paulo e escrito sob a orientação acadêmica da Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida, a quem rendo os agradecimentos devidos.

* Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID e em Educação em Direitos Humanos e Diversidade pela UFAL. Biólogo da Unidade de Ensino em Penedo da Universidade Federal de Alagoas. Endereço profissional: Universidade Federal de Alagoas (Unidade de Ensino em Penedo), Avenida Beira Rio, s/n, Centro, Penedo/AL, CEP 57.200-000. E-mail: carlos.correia@penedo.ufal.br.

centers in Environmental Education. The results of this study were based on interviews with the coordinating staff of the *Sala Verde Serrana dos Quilombos*, and visits to the study site. Therefore, conclusions show that the interviewees' assessment of the *Sala Verde* Project in União dos Palmares, AL, includes not only the possibilities that the project has but also the challenges that still need to be faced, such as the ones regarding the difficulty to get partners.

KEY WORDS: *Sala Verde* Project; União dos Palmares, AL, Brazil; Environmental Education

INTRODUÇÃO

Diante da crise ambiental que vivemos, tornou-se uma necessidade central refletir sobre os caminhos que nos trouxeram até esta realidade de desequilíbrio na dinâmica que sustenta a vida neste planeta. É a educação ambiental, pois, que surge como uma dimensão educativa capaz de proporcionar a todos nós a oportunidade para esta reflexão necessária, bem como de nos sensibilizar, de alguma forma, para a igualmente necessária mudança de atitude diante da natureza como um todo.

Considerando esta realidade, parece-nos relevante refletir sobre as políticas públicas que pretendem fomentar a educação ambiental, seja no âmbito da educação formal, seja no âmbito da educação não-formal, enfim, nas mais diferentes esferas da vida em sociedade. Caso em que, tratando-se especificamente do Brasil, temos, inclusive, a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, já no primeiro artigo da PNEA encontramos a definição de educação ambiental como sendo “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

De fato, a PNEA atribui ao Poder Público a responsabilidade de elaborar políticas públicas que incorporem e

promovam a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Nesse contexto, não podemos deixar de considerar o Projeto Sala Verde do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente do Brasil – DEA/MMA como uma política pública em convergência com a PNEA (SORRENTINO, TRAJBER e FERRARO JÚNIOR, 2005), uma vez que o objetivo central do Projeto Sala Verde pretende ser justamente o de fomentar a educação ambiental a partir da consolidação de centros de referências em informação e formação ambientais.

Como podemos verificar no Quadro 1 (abaixo), o Projeto Sala Verde² está presente atualmente em todas as regiões do país, constituindo-se em uma rede de 287 centros de referência em educação ambiental. Em Alagoas, das 5 Salas Verdes existentes, duas estão localizadas na capital, Maceió, e as demais estão distribuídas pelo interior do estado nos municípios de Arapiraca, Delmiro Gouveia e União dos Palmares.

² Outras informações sobre o Projeto Sala Verde desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com diferentes instituições ao redor do país podem ser consultadas na Internet: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes#oprojeto>>. Acesso em: 29 out. 2012.

QUADRO 1 – Abrangência nacional do Projeto Sala Verde. Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2010³.

ABRANGÊNCIA NACIONAL DO PROJETO SALA VERDE		
Região	Estado	Quantidade de Salas Verdes
Norte (23)	Acre	2
	Amapá	3
	Amazonas	1
	Pará	9
	Rondônia	4
	Roraima	1
	Tocantins	3
Nordeste (66)	Alagoas	5
	Bahia	27
	Ceará	8
	Maranhão	1
	Paraíba	3
	Pernambuco	8
	Piauí	5
	Rio Grande do Norte	7
Centro-Oeste (41)	Sergipe	2
	Distrito Federal	5
	Goiás	11
	Mato Grosso	11
Sul (53)	Mato Grosso do Sul	14
	Paraná	19
	Rio Grande do Sul	25
Sudeste (104)	Santa Catarina	10
	Espírito Santo	8
	Minas Gerais	50
	Rio de Janeiro	18
TOTAL BRASIL		287

As Salas Verdes foram pensadas como espaços de referência capazes de cumprir um papel de *idealizador* e *realizador* de ações de educação ambiental, formal e não-formal, em diferentes espaços tais como centros comunitários, parques urbanos e não-urbanos, escolas,

universidades, etc. (BRASIL, 2005). Contudo,

As Salas Verdes encontram-se desde sua concepção num dilema, mais acentuado recentemente. Não se vêem como “bibliotecas verdes” e tampouco se assumem como um Centro de Educação

³ Os dados aqui apresentados referem-se ao mais recente cadastramento de Salas Verdes realizado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA em março de 2010. Nesse sentido, informações detalhadas de cada uma das Salas Verdes existentes no país podem ser consultadas no *site* do MMA de acordo com a região a que pertencem:

Região Norte (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/sv_cadnorte_10_20.pdf);

Região Nordeste (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/sv_cadnordeste_10_20.pdf);

Região Centro-Oeste (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/sv_cadcentroeste_10_20.pdf);

Região Sul (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/sv_cadsul_10_20.pdf);

Região Sudeste (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/sv_cadsul_10_20.pdf). Acessos em: 30 out. 2012.

Ambiental (CEA), ainda que o queiram ou tentem sê-lo. Enfrentam o desafio de buscarem se constituir como um CEA mesmo sendo visto pelos públicos com os quais lidam como meras bibliotecas verdes. Evidentemente que esta percepção genérica serve apenas para constituir um pano de fundo dos dilemas colocados para as Salas Verdes na atualidade. Além disso, sua vinculação institucional torna ainda mais complexa esta fotografia, uma vez que, de um lado, são/estão conectadas ao DEA/MMA a partir da sua participação no Projeto Sala Verde e, de outro, têm seus próprios vínculos institucionais junto a diferentes organizações que as mantêm (ONGs, prefeituras, etc.) (SILVA, 2010, p. 16).

É por isso que para Silva (2010), a realização de diagnósticos sobre o andamento do Projeto Sala Verde adquire importância estratégica. Nesta direção, este artigo tem por objetivo geral discorrer sobre a abrangência do projeto Sala Verde como uma política pública em educação ambiental, bem como traçar os contornos do processo de consolidação desses centros de referência em educação ambiental a partir de um estudo de caso referente à Sala Verde Serrana dos Quilombos⁴ em União dos Palmares/AL.

2 O PROJETO SALA VERDE E A CONSOLIDAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É notório que a educação ambiental adquiriu recentemente muita evidência no dia a dia do fazer pedagógico das escolas brasileiras e, de um modo geral, podemos afirmar que existe também uma crescente notoriedade dessa dimensão educativa diante da sociedade. Tal cenário torna-se ainda mais nítido quando lançamos olhares

para os projetos pedagógicos desenvolvidos pelas escolas atualmente, pois especialmente entre os membros das comunidades escolares, hoje em dia é muito comum os enredos pedagógicos engajados nas causas ambientalistas.

Sorrentino e Trajber (2007) afirmam que essa realidade tem sido representada nos resultados do Censo Escolar publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, quando, a partir de 2001, incluiu a questão “a escola faz educação ambiental?”; de acordo com os autores “os dados de 2004 indicaram a universalização da educação ambiental no ensino fundamental com um expressivo número de escolas – 94,95% – que declaram ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica” (p. 18).

Por outro lado, este percentual tão elevado de escolas que afirmam praticar educação ambiental em seu cotidiano não pode ser recebido sem desenvolvermos uma crítica sobre a qualidade desses projetos e trabalhos em educação ambiental. De fato, tal diagnóstico sugere ser cada vez mais oportuno nos questionarmos sobre qual “educação ambiental” vem sendo praticada *nas e pelas* escolas brasileiras. Nesta direção, Correia (2010) nos indica que:

Sensibilizar para o cuidado com o planeta é realmente o objetivo da maioria dos projetos de educação ambiental desenvolvidos no Brasil; no entanto, (...) há que se considerar que estes mesmos projetos dificilmente conseguem transformar a sensibilidade pretensamente conquistada pelos indivíduos/instituições envolvidos nas ações em atitudes ou em políticas públicas ambientalmente adequadas (p. 21).

Tristão (2005), ao refletir sobre a sensação de frustração e angústia que muitos educadores ambientais sentem, às vezes, diante do ideal de reverter a crise

⁴ Para mais informações sobre as ações da Sala Verde Serrana dos Quilombos visite o *blog* da instituição em: www.serranadosquilombos.blogspot.com. Acesso em: 30 Out. 2012.

ambiental de nosso tempo, adverte que “a grande questão não é o sentimento por essa grande co-responsabilidade, mas, sim, a sensação de um peso insuportável em que responsabilidade e impotência se confrontam, quando o resultado do processo educativo não se reverte em práticas cotidianas significativas” (p. 253).

Sendo assim, estendendo essa discussão sobre concepções, práticas e desafios da educação ambiental para o campo de atuação das Salas Verdes, gostaríamos de refletir neste artigo questões relativas às ações que têm sido promovidas por estas instituições. Consequentemente, entendemos como conveniente ponderar sobre de que maneira a educação ambiental é compreendida pelos coordenadores dessas instituições e, inclusive, sobre como eles articulam as parcerias em nível local com a finalidade de atingir os objetivos a que se propuseram enquanto centros de referências em educação ambiental.

Evidentemente, seria uma proposta dantesca lançar-se sobre as atividades e ações de todas as Salas Verdes espalhadas pelo Brasil. Desafios de ordem logística e organizacional inviabilizam esse recorte mais abrangente do assunto, de maneira que, neste artigo, pretende-se, apenas, refletir sobre uma Sala Verde em específico, a Sala Verde Serrana dos Quilombos em União dos Palmares/AL.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para Richardson (2009, p. 90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Sendo assim, podemos situar o presente estudo como uma investigação qualitativa que, ao lançar mão de instrumentos como entrevistas e

observação participante, buscou uma relação estreita entre entrevistados e entrevistador.

Assim, foram realizadas visitas à Sala Verde Serrana dos Quilombos, em União dos Palmares, para observação do dia a dia de trabalho nessa instituição, assim como para a execução de entrevistas com a equipe coordenadora desta Sala Verde. Nesse sentido, das cinco pessoas que trabalham na Sala Verde, todas se dispuseram a conceder a entrevista, porém apenas três conseguiram, de fato, agendar e realizar essa atividade. Com essas entrevistas buscamos levantar informações sobre os projetos educativos desenvolvidos e em andamento no âmbito do projeto Sala Verde em União dos Palmares/AL.

Além disso, como parte integrante dessa pesquisa, foram realizados estudos bibliográficos sobre a educação ambiental, bem como sobre políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento de centros de referência em educação ambiental, como é o caso do Projeto Sala Verde. Finalmente, em termos metodológicos, podemos, ainda, caracterizar essa pesquisa como um estudo de caso⁵ que pretendeu descrever o processo de consolidação do Projeto Sala Verde, tecendo algumas considerações a este respeito com base nos avanços e desafios da Sala Verde Serrana dos Quilombos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa que foram construídos a partir de entrevistas com a equipe coordenadora da Sala Verde Serrana

⁵ De acordo com Sato (2001, p. 27), a metodologia de estudo de caso “ancora-se na descrição de um objeto/fato/fenômeno específico, que dificilmente apresenta o potencial de replicabilidade. A coleta de dados, detalhada e rica, de um determinado contexto, exige estratégias de observação, entrevistas, documentos, audiovisuais ou outros materiais”. Ainda para a autora, apesar de sua especificidade, os estudos de caso podem contribuir com o entendimento sobre as diferentes perspectivas de construção e dinâmica da educação ambiental, como parece ser o caso do presente estudo, onde buscamos compreender os desafios e as possibilidades da Sala Verde Serrana dos Quilombos em União dos Palmares/AL no contexto das políticas públicas em educação ambiental.

dos Quilombos, bem como visitas de observação ao local de estudo. Ao mesmo tempo, discutimos tais resultados a partir de estudos bibliográficos sobre políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento de centros de referência em educação ambiental, como é o caso do projeto Sala Verde.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO SALA VERDE EM UNIÃO DOS PALMARES/AL

Em União dos Palmares/AL o projeto Sala Verde recebeu o nome de Sala Verde Serrana dos Quilombos em

referência à região onde se localizou o famoso Quilombo dos Palmares que, liderado por Zumbi, representou o principal foco de resistência à escravidão no Brasil.

A Sala Verde Serrana dos Quilombos é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de União dos Palmares/AL – SEMED em parceria com o MMA. Trata-se de um centro de referência em educação ambiental que, ao atender requisitos estipulados pelo MMA para a efetivação de uma espécie de convênio entre os envolvidos (SEMED e MMA), garante o envio de material bibliográfico na área de educação ambiental da parte do ministério periodicamente à Sala Verde.



FIGURA 1 – Interior da Sala Verde Serrana dos Quilombos em União dos Palmares/AL. Fonte: Carlos Correia, 2011.

Atualmente, a Sala Verde Serrana dos Quilombos conta com uma equipe técnica formada por cinco pessoas, todas do sexo feminino, sendo três delas coordenadoras pedagógicas com diferentes formações (Geografia, História e Ciências Biológicas) e duas delas assistentes administrativas, das quais uma possui formação secundária e outra está cursando Pedagogia.

Finalmente, cabe situar que esse corpo técnico é responsável pelo

funcionamento da instituição em estudo durante o horário comercial, todos os dias da semana, prestando auxílio pedagógico às escolas municipais, ao mesmo tempo em que atua como centro de (in)formação ambiental e núcleo de educação ambiental da SEMED.

4.2 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sem dúvida alguma, para compreendermos um projeto na área de

educação ambiental precisamos lançar nossa atenção para as concepções e práticas desenvolvidas no âmbito deste projeto. É por isso que, nesta seção, dedicamos espaço para refletir sobre qual a importância da dimensão educativa ambiental na elaboração dos projetos da Sala Verde em estudo. Para tanto, gostaríamos de apresentar algumas compreensões sobre o que seria educação ambiental que circulam entre a equipe gestora da Sala Verde Serrana dos Quilombos:

[Educação ambiental] é a conscientização das pessoas para o cuidado do nosso planeta. A Sala Verde, com a sua equipe, projeta trabalhos relacionados com a questão ambiental no nosso planeta e tenta implantar nas escolas e nos trabalhos com outros parceiros (Entrevistada B⁶, grifos meus).

[Educação ambiental] é o despertar para a importância de ações voltadas para a conservação e preservação ambiental no momento em que cada um de nós incorpora pequenas atitudes pode estar mudando o futuro do planeta. Ao passar dos anos, vimos que conseguimos conquistar algumas sementes e, no futuro, esperamos colher muitos frutos (Entrevistada C, grifos meus).

Em relação a estas colocações, parece-nos que estamos falando de uma concepção de educação ambiental que articula em si algo como a ética do cuidado e a necessidade de conservação/preservação do meio ambiente. Nesse sentido, de acordo com a Entrevistada B, a educação ambiental significa, de fato, conscientização para o cuidado com o planeta; já a Entrevistada C vai além e nos propõe que esse cuidado, na verdade, pode ser exercido a partir de ações voltadas para a conservação e preservação ambiental,

ações tais que devem ser despertadas, em sua opinião, pelos projetos de educação ambiental.

Nessa perspectiva, tendo em vista a cartografia da educação ambiental proposta por Sauv  (2005), poderíamos dizer que estas coloca es não estariam sendo mal compreendidas   medida que fossem consideradas como pertencentes a uma concep o de educa o ambiental holística e conservacionista; pois consideram a dimensão  tica que o cuidado para com o planeta significa - especialmente se levamos em considera o toda a argumenta o proposta por Boff (1999) nesse sentido -, ao mesmo tempo em que vislumbram na conserva o/preserva o ambiental a efetiva o desse ato de cuidado.

Por outro lado, também acreditamos que circula entre a equipe gestora da Sala Verde a concep o de educa o ambiental como espaço de discussão e engajamento frente às questões ambientais, capaz de promover mudança de valores e atitudes com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade envolvida com projetos dessa  rea. Afirmamos isto com base na coloca o da Entrevistada A abaixo transcrita:

A proposta da educa o ambiental   proporcionar aos educandos espaços de discussão e engajamento no que se refere às questões socioambientais, promovendo oportunidades de aquisi o do conhecimento, propondo mudança de valores e atitudes, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da comunidade inserida no projeto. A importância da mesma na elabora o dos projetos desenvolvidos pela Sala Verde   que ela serve de norte, orienta a equipe técnica em quais são as prioridades que devem ser trabalhadas e como deve envolver a comunidade (Entrevistada A, grifos meus).

Nesse ponto, somos inspirados mais uma vez na proposta de Sauv  (op. cit.) a

⁶ Tendo em mente o compromisso de preservar a identidade das participantes desta pesquisa, optei em mencioná-las ao longo deste trabalho apenas por meio de letras que correspondem   ordem em que foram entrevistadas.

dizer que além da forma holística e conservacionista, a equipe gestora desse projeto também entende a educação ambiental como espaço para a *resolução de problemas* ambientais que, uma vez mitigados, melhorem a qualidade de vida da comunidade inserida em projetos com essa dimensão educativa.

A essa altura é inevitável que nos questionemos sobre como essas concepções de educação ambiental transbordam e podem ser visualizadas nas práticas desenvolvidas pela Sala Verde Serrana dos Quilombos. Sendo assim, daremos lugar a partir de agora a uma sucinta apresentação das principais práticas

da Sala Verde que foram citadas como realizações importantes pelas próprias entrevistadas. Ou seja, gostaríamos de dar visibilidade a alguns projetos concretizados por esta instituição ao longo dos últimos quatro anos, desde 2008, quando o projeto teve início em União dos Palmares/AL, até o segundo semestre de 2011, quando a pesquisa de campo foi realizada.

Para tanto, propomos a condensação das principais realizações desta Sala Verde no quadro abaixo, onde articulamos os projetos desenvolvidos com as concepções de educação ambiental presentes nos discursos das entrevistadas.

QUADRO 2 – Articulação entre as práticas desenvolvidas e as concepções de educação ambiental em circulação entre as entrevistadas. Fonte: Pesquisa de campo na Sala Verde Serrana dos Quilombos, 2011.

Práticas desenvolvidas	Concepções de educação ambiental em circulação
Reuniões pedagógicas	Holística.
Oficinas de percepção ambiental	Holística.
Implantação de hortas nas escolas	Holística, conservacionista.
Envolvimento com as escolas para conquista do Selo Unicef	Holística, resolução de problemas.
Palestras para comunidade escolar	Holística, conservacionista, resolução de problemas.
Campanhas de educação ambiental	Holística, conservacionista, resolução de problemas.
Projetos de intervenção e integração na comunidade	Resolução de problemas.
Trabalho com catadores (articulação de cooperativa e realização de eventos)	Resolução de problemas, conservacionista.

A análise do Quadro 2 indica-nos que a articulação entre as práticas desenvolvidas e as concepções de educação ambiental em circulação entre as entrevistadas permite-nos afirmar que estamos diante de um fazer pedagógico em educação ambiental inspirado em concepções holísticas e conservacionistas ao mesmo tempo em que se orienta para a resolução de problemas referentes às questões ambientais.

Diante dessa constatação provisória – pois não pretendemos abarcar todos os

significados das concepções e das práticas de educação ambiental em jogo no dia a dia de quem faz a Sala Verde Serrana dos Quilombos –, entendemos como razoável avançarmos para a análise dos diferentes desafios encontrados no exercício de fazer educação ambiental por esta Sala Verde, de modo que, a seguir, dedicamos uma seção desse artigo exatamente à reflexão dessa temática.

4.3 DIFICULDADES ORGANIZACIONAIS, ESTRUTURAIS E POLÍTICAS ENCONTRADAS PELA SALA VERDE NO EXERCÍCIO DE FAZER EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Disponibilidade da equipe técnica, falta de recursos humanos para realizar pesquisa de campo visando construir o perfil socioambiental do município de União dos Palmares e disponibilizá-lo para fonte de pesquisa. Educação ambiental formal e não-formal mais frequente. Falta de recursos financeiros para investir nas ações. Falta de recursos tecnológicos: câmera digital, datashow, notebook (Entrevistada A).

Não seria exagero afirmar que a colocação da Entrevistada A pode ser considerada um diagnóstico preciso das dificuldades enfrentadas pela Sala Verde, ainda mais porque estamos lidando com a visão de quem vive a realidade dessa instituição, trabalhando diariamente no exercício de fazer educação ambiental em um centro que pretende ser referência quanto a isto. Em outras palavras, isto quer dizer que, nesta seção, buscaremos tão somente apresentar as dificuldades que as próprias pessoas envolvidas com este projeto identificam como sérios obstáculos aos seus trabalhos, ao mesmo tempo em que nos propomos a discutir tais desafios e, na medida do possível, encaminhar algumas soluções.

Nesse sentido, concordamos com a Entrevistada C que boa parte dos problemas enfrentados por quem pretende fazer educação ambiental, seja enquanto centro de referência na área, seja como um educador ambiental na escola ou na comunidade, independente da dimensão com que se trabalha a questão ambiental, a principal fonte de dificuldades está no pouco investimento que a educação ambiental recebe.

Diante das dificuldades descritas acima, julgamos ser conveniente enfrentarmos, nessa altura, junto com as

entrevistadas, a questão central proposta pelo MMA (BRASIL, 2005) no manual de orientação “Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes” em relação à própria constituição desses espaços educativos, a saber: "Onde se pretende chegar com aquele projeto de EA naquele local e inserido naquele contexto?".

Em relação à Sala Verde Serrana dos Quilombos essa questão parece está bem resolvida, pois, de acordo com as entrevistas e com as observações, verificou-se que a função desempenhada por esta Sala Verde assemelha-se muito ao que seria esperado de uma Coordenação de Educação Ambiental em uma Secretaria Municipal de Educação. Em síntese, é esse o papel exercido pela Sala Verde Serrana dos Quilombos e as dificuldades enfrentadas no cotidiano dizem respeito à ausência de financiamento para projetos de formação continuada, publicação de materiais, organização de eventos, entre outros.

Com certeza há muitas dificuldades, principalmente no que diz respeito ao poder público. Há muito pouco investimento nesse setor, a educação ambiental ainda não é valorizada como deveria ser no município, é preciso de mais condições financeiras, condições humanas, entre outras (Entrevistada C).

Certamente a falta de investimento financeiro propriamente dito explica a situação relatada acima pela Entrevistada A, especialmente quando ela nos alerta para a carência de recursos materiais tecnológicos, mas, também, quando ela aponta um fator crucial ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental que são os recursos humanos. Nesse sentido, a própria entrevistada cita-nos a dificuldade de viabilizar a intenção de construir o perfil socioambiental do município de União dos Palmares/AL, um dos principais projetos que a Sala Verde Serrana dos Quilombos tem proposto recentemente que, porém, esbarra ano após

ano na limitação que os recursos humanos escassos atualmente impõem ao empreendimento. Aqui, permitam-nos abrir um breve parêntesis com a finalidade de ilustrar a intenção demonstrada pelas entrevistadas de desenvolver estudos e pesquisas em educação ambiental, pois tal direcionamento é uma possibilidade que já tem sido praticada em algumas Salas Verdes.

De fato, a realização de estudos ambientais locais também tem sido uma das atividades desenvolvidas pelas Salas Verdes ao redor do país. Um exemplo dessa possibilidade para o Projeto Sala Verde é a experiência do município de Jateí/MS, onde a Sala Verde Jateiense de Pesquisas Ambientais desenvolveu estudos de dinâmica florestal articulados com atividades de educação ambiental (SANTIAGO e SILVA, 2008).

Igualmente nesta direção, a Sala Verde da Universidade Federal de Sergipe – UFS conta com o apoio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental – GEPEASE, criado com os seguintes objetivos: “a) Contribuir para fortalecimento das ações de pesquisa e aprofundamento teórico em educação ambiental; b) Contribuir para a formação profissional de professores através de projetos de pesquisa; e c) Socializar as vivências de ações em EA desenvolvidos na Sala Verde” (ARAÚJO, 2010, p. 32).

Por outro lado, regressando à realidade da Sala Verde Serrana dos Quilombos, a falta de investimentos também significa desafios quanto à formação continuada dos sujeitos envolvidos com o processo. É, pois, justamente a este viés que nos chama atenção a colocação da Entrevistada B quando a mesma foi questionada sobre as dificuldades enfrentadas por ela em sua atuação junto aos projetos da Sala Verde.

Organizacionais: falta qualificação da nossa parte para organização do acervo, pois muitas vezes não sabemos onde

está o assunto a ser pesquisado. Estruturais: temos dificuldades de material, falta de acesso à internet (Entrevistada B).

Obviamente, ninguém pode desconsiderar o quanto a falta de investimentos adequados pode representar como impedimento à qualificação dos sujeitos envolvidos com a educação. Inclusive, esta é uma realidade conhecida por todos os educadores. Contudo, parece-nos particularmente grave verificarmos essa realidade justamente em um centro constituído tendo em vista o objetivo de se tornar referência em educação ambiental.

Aqui, também gostaríamos de ressaltar na fala da Entrevistada B a existência de dificuldades estruturais importantes para esta Sala Verde tais como a falta de acesso à internet (mesmo que momentânea, como foi este caso, de acordo com uma das coordenadoras da Sala Verde), uma vez que é por este meio de comunicação que o projeto local pode se articular em relação às outras Salas Verdes espalhadas pelo Brasil.

Finalmente, ao longo das entrevistas, as coordenadoras da Sala Verde em União dos Palmares destacaram que, dentre as dificuldades citadas acima, duas delas merecem atenção especial e precisam se enfrentadas urgentemente, quais sejam: a disponibilidade da equipe técnica e a formação continuada dessa mesma equipe.

Em primeiro lugar, existe o problema da disponibilidade das pessoas envolvidas com a Sala Verde, pois algumas delas não trabalham exclusivamente nessa instituição, na verdade, atuando também em outras escolas, circunstância que seria solucionada com a autorização da Secretaria Municipal de Educação para que estes profissionais atuassem em regime de dedicação exclusiva na Sala Verde. Em segundo lugar, o problema da falta de formação continuada surge em decorrência do pouco investimento em educação ambiental como já discutimos, mas

também tem sua origem nas dificuldades enfrentadas pela Sala Verde em articular parcerias na região, fator que iremos dar atenção na próxima seção deste artigo.

4.4 AVALIANDO A HABILIDADE DA SALA VERDE EM EFETIVAR PARCERIAS, ORGANIZAR EVENTOS, DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAR JUNTO À COMUNIDADE EM TERMOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em relação a aspectos avaliativos, a primeira pergunta constante nas entrevistas realizadas questiona os sujeitos da pesquisa se eles consideram o projeto Sala Verde bem-sucedido em União dos Palmares/AL. Nesse sentido, todas as entrevistadas responderam que sim e, dentre as justificativas que elas apresentam para essa resposta, destacamos que existe a compreensão de que através da Sala Verde Serrana dos Quilombos as ações referentes à educação ambiental passaram a ocorrer de forma sistematizada e contínua, graças principalmente ao envolvimento da Sala Verde nesses projetos.

De acordo com Tauchen e Brandli (2006), algo semelhante a isto também ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, onde o Projeto Sala Verde foi integrado a um conjunto de políticas de gestão ambiental, consistindo em um espaço na instituição em que são delineadas e desenvolvidas atividades contínuas de educação ambiental.

Por outro lado, existe, também, entre as entrevistadas o entendimento de que a Sala Verde Serrana dos Quilombos atingiu poucos dos seus objetivos estipulados quando da oportunidade em que se iniciou esse projeto em 2008; contudo, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, de acordo com as entrevistadas, as atividades que foram concretizadas obtiveram relativo sucesso.

Outrossim, sempre quando falamos em avaliação podemos, eventualmente, ser mal compreendidos, ainda mais em se

tratando de educação, nesses casos, avaliar muitas vezes é entendido como um processo no qual teremos uma sentença decisiva quanto ao tema em análise: “certo” ou “errado”, “vai bem” ou “vai mal”, entre outros conceitos. Contudo, não é esta a dimensão que atribuímos ao termo *avaliação* quando no título dessa seção informamos que nos propomos a avaliar a habilidade da Sala Verde Serrana dos Quilombos em efetivar parcerias, organizar eventos, desenvolver políticas públicas e atuar junto à comunidade em termo de educação ambiental.

Na verdade, neste trabalho pensamos a avaliação muito mais como uma reflexão, como um processo contínuo que, preferencialmente, deve ser realizado pelos próprios sujeitos da ação educativa em curso, isto é, do Projeto Sala Verde. Tanto é assim que quem realizou a avaliação à qual fazemos referência foram às próprias entrevistadas, sendo que nesta parte do artigo nos propomos apenas a refletir sobre os elementos que aparecem nessas considerações e que foram tidos como mais significativos para a compreensão da consolidação do projeto em União dos Palmares/AL.

Para tanto, transcrevemos a seguir as colocações das entrevistadas sobre como elas avaliam as habilidades citadas anteriormente em relação à atuação da Sala Verde.

Temos muito a caminhar, porém, já se percebe alguns avanços no sentido da população palmarina entender o papel da Sala Verde e o nosso chamado no compromisso com as questões socioambientais (Entrevistada A).

Para a Entrevistada A no que se refere às habilidades consideradas nesse tópico, a Sala Verde tem muito a caminhar, contudo, ela não deixa de enxergar conquistas no sentido do reconhecimento da sociedade em geral sobre a relevância do trabalho desenvolvido pela Sala Verde. Ainda nessa perspectiva dos desafios, a

Entrevistada B nos alerta para a dificuldade da equipe técnica da Sala Verde em se unir na conquista de parceiros, o que pode significar dizer que os envolvidos no projeto necessitam buscar aprofundar as afinidades do grupo com o objetivo de superar obstáculos em comum.

Há uma dificuldade na conquista de parceiros, pois falta união da equipe para que juntos possamos conquistar esses parceiros (Entrevistada B).

Considerando todas essas dimensões, a Entrevistada C afirma que a capacidade da Sala Verde em articular ações em geral em termos de educação ambiental precisa melhorar, lembrando-nos uma das dificuldades estruturais relatadas na seção anterior que foi a falta de profissionais com dedicação exclusiva para a Sala Verde.

Nesse ponto, mais uma vez a experiência da Sala Verde da UFSC nos ajuda a propor algumas questões em relação à dificuldade da Sala Verde Serrana dos Quilombos em firmar parcerias para o desenvolvimento de projetos, o que foi constatado nas entrevistas. Estamos falando da experiência relatada por Duarte et. al. (2005) que consistiu na parceria interna entre o Programa de Educação Ambiental do Departamento de Botânica e o Projeto Sala Verde naquela universidade, objetivando “centralizar contatos com escolas, instituições e pessoas interessadas em conhecer ou participar de projetos ligados à área de educação ambiental e visões ecológicas de atuação profissional” (p. 4).

Em outra dimensão, esta estratégia adotada pela Sala Verde da UFSC poderia ser traduzida em parcerias internas, por exemplo, da Sala Verde Serrana dos Quilombos com outros órgãos públicos municipais. De acordo com as entrevistadas, parcerias eventuais com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Saúde, bem como com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE existem, mas carecem de continuidade.

Precisa melhorar, é necessário um trabalho contínuo, mas ao passar dos anos observamos algumas conquistas. Porém, sabemos que precisamos nos empenhar mais. É preciso dedicação exclusiva dos funcionários para desempenhar melhor o trabalho (Entrevistada C).

Por fim, podemos concluir que a avaliação que as entrevistadas fazem do Projeto Sala Verde em União dos Palmares/AL inclui, em certa medida, tanto a dimensão das possibilidades que o projeto tem em si quanto os desafios que ainda necessitam ser superados frente à dificuldade de articulação de parcerias, por exemplo. Nesse contexto, certamente a existência de um espaço dedicado à educação ambiental por si só já simboliza um avanço em se tratando da institucionalização da educação ambiental, contudo, ainda assim, vimos que perdura o desafio de se tornar, concretamente, um centro de referência no desenvolvimento de ações educativas preocupadas com as questões ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foi possível apresentar e discutir o processo de consolidação do Projeto Sala Verde em União dos Palmares/AL a partir de reflexões sobre elementos trazidos à tona através de entrevistas com a equipe técnica dessa iniciativa. Além disso, também realizamos algumas reflexões sobre as concepções de educação ambiental que circulam entre as ações educativas desenvolvidas no âmbito da Sala Verde Serrana dos Quilombos.

Ao longo deste trabalho constatamos que o projeto analisado representa, entre outras coisas, a institucionalização da educação ambiental na rede municipal de ensino, uma vez que a Sala Verde Serrana dos Quilombos tem atuado também como núcleo de educação ambiental da Secretaria Municipal de Educação de União dos

Palmares/AL. Por outro lado, verificamos que esse processo de institucionalização da educação ambiental não representa necessariamente maior investimento na área, pois várias dificuldades estruturais foram relatadas pelas entrevistadas como sendo desafios importantes enfrentados por elas no fazer pedagógico da educação ambiental.

Finalmente, percebemos que os envolvidos no Projeto Sala Verde julgam que a habilidade de articular parcerias, desenvolver políticas públicas e atuar junto à comunidade em termos de educação ambiental no âmbito desse projeto precisa ser ampliada, especialmente quando levamos em consideração a necessidade de viabilizar ações como a formação continuada da equipe técnica e a construção do perfil socioambiental de União dos Palmares/AL: ações eleitas como prioritárias pela equipe técnica entrevistada, mas que exigem recursos financeiros e humanos significativos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, M. I. O. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental – GEPEASE. *Pesq. Educ. Ambient.*, v. 5, n. 2, p. 31-40, 2010.
- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Projeto Sala Verde*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?id=c_onteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1138>. Acesso em: 16 out. 2011.
- _____. *Projeto político-pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes: manual de orientação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/ceas_ppp.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 9 set. 2011.
- CORREIA, C. J. S. *Reflexões sobre a recepção de campanhas ambientalistas por estudantes do Ensino Médio*. 84f. Monografia [Graduação em Ciências Biológicas] – Universidade Federal de Alagoas, 2010.
- DUARTE, R. S. et. al. Programa de Educação Ambiental do Departamento de Botânica da UFSC. *Extensio – Revista Eletrônica de Extensão*, n. 2, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdf/s37020_3256.PDF>. Acesso em: 31 out. 2012.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTIAGO, E. F.; SILVA, J. O. Subsídios ao Projeto Sala Verde do Sítio-Escola do Município de Jateí/MS através do estudo da dinâmica em dois ambientes florestais distintos. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 6. *Anais*, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/index.php/semex/article/view/2463/1144>>. Acesso em: 31 out. 2012.
- SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. *Educação: Teoria e Prática*. Rio Claro: UNESP, v. 9, n. 16, p. 24-33, jan./jun. 2001.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.
- SILVA, F. D. *Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual das Salas Verdes e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 2010. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTécnicosAbertos/Attachments/281/Salas%20Verdes%20e%20Coletivos%20Educadores%20Fabio%20Deboni.pdf>>. Acesso: 30 out. 2012.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio

Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 13-22.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; FERRARO JÚNIOR, L. A. Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior:

modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

TRISTÃO, M. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago. 2005.